

Platão, no diálogo *Sofista*, apresenta uma concepção da estrutura da proposição como complexo formado pela junção ordenada de dois elementos fundamentais. São distinguidos assim os *onomata* (nomes) e os *rhemata* (verbos); enquanto os verbos são expressões que indicam ações, os nomes por sua vez são expressões que indicam os objetos que executam essas ações. Para estarem habilitados a formar um *logos*, uma sentença significativa, mais do que somente estarem unidos num enunciado, nomes e verbos devem conformar-se numa estrutura que combine unidade e complexidade: o *entrelaçamento*.

De acordo com tal concepção, para que a proposição tenha sentido, é necessário que o nome nela existente cumpra a função de identificar aquilo de que se fala. Para tanto, é necessário que ele designe algo no mundo. Surge daí uma questão central: como a referência do nome é instituída? Pretende-se, para isto, explorar o estudo de Platão no *Crátilo*, onde o nome é apresentado como uma ferramenta que tem por função dividir a realidade: separar o ser de cada coisa. Na discussão da chamada correção dos nomes são apresentadas duas teses contrárias: o convencionalismo e o naturalismo. A primeira diz respeito ao princípio da convenção pública como norma para fixar as referências dos nomes, já a segunda, que é tratada com maior profundidade por Platão, prevê que todos os nomes “pertencem naturalmente” às coisas que nominam, bem como também apresenta a figura do “fazedor de nomes”: a partir da Forma de cada nome este trabalha os sons e as sílabas, cumprindo o ato de nomear a partir de prescrições naturais.

A explicação da origem e essência dos nomes é fundamental para a compreensão do desenvolvimento dos estudos em linguagem na Filosofia Antiga. Pretende-se investigar como se dá a fixação das referências dos nomes, bem como se eles podem ser considerados um caminho seguro para a verdade.